

Igualdade e equidade: CESA 16-25

Este resumo de investigação faz parte da série compilada pelo Secretariado da CGE para divulgar e apresentar as conclusões e informações resumidas do relatório publicado com o título *"Em Busca de um Lugar na Implementação da Estratégia Continental de Educação para África (CESA)"*. A investigação foi encomendada pela CGE para compreender de que modo a União Africana (UA) e as suas Comunidades Económicas Regionais (CERs) se engajam com o tema da educação, e para identificar que espaços e oportunidades existem para os grupos de educação da sociedade civil em África poderem interagir com esses organismos ao serviço de sistemas de educação pública mais equitativos e democráticos no continente africano. Esta síntese resume os resultados da investigação e fornece mais informações sobre a cobertura e a inclusão de indicadores de igualdade e equidade no quadro da CESA, incluindo desenvolvimentos recentes na abordagem das lacunas identificadas pela falta de equidade e inclusão.

Integração da igualdade e da equidade

Acredita-se que o foco na igualdade e equidade na CESA 16-25 espelha, em certa medida, a Agenda 2030. A publicação conjunta da UNESCO e da UA, "Colocar a equidade no centro das políticas" ([Placing Equity at the Heart of Policy](#)), salienta que ambos os quadros impulsionam a agenda da "educação holística, inclusiva e equitativa com boas condições para a aprendizagem ao longo da vida". No entanto, o quadro CESA dá uma forte ênfase à igualdade de género, como se pode ver na elaboração da igualdade de género como objetivo estratégico específico e na estratégia pormenorizada em matéria de género e nos indicadores do quadro CESA para operacionalizar o objetivo da CESA em matéria de igualdade de género.

As várias formas de desigualdades e de discriminação na educação no continente africano são pouco mencionadas na CESA. As referências às fontes de disparidade ocorrem na visão geral da CESA dos diferentes subsectores da educação, onde a 'localização regional, grupos minoritários, comunidades pastoris e os pobres'¹ são mencionados na visão geral do ensino primário; 'classe social, localização geográfica, grupos minoritários e deficiência' na secção sobre o ensino superior; e 'grupos marginalizados e vulneráveis' quando a CESA abrange o ensino informal e não formal.

Conclusões principais

1. O quadro da CESA dá grande ênfase à igualdade de género, como se pode ver, tanto em termos de considerar a igualdade de género como um objetivo estratégico específico, como na estratégia detalhada de género e nos indicadores para o quadro da CESA produzidos pela FAWE e pelo CIEFFA para orientar todos os estados membros da UA na integração das perspectivas de género à medida que implementam a CESA 16-25.
2. Apesar de todos os aspectos positivos da Estratégia para a Igualdade de Género da CESA e do valor acrescentado dos indicadores de género para complementar os indicadores da CESA, não foram elaborados relatórios anuais para acompanhar a aplicação da Estratégia para a Igualdade de Género ou para mostrar os progressos realizados pelos diferentes países utilizando os indicadores de género.
3. Outras formas de desigualdade e de discriminação na educação no continente africano são pouco mencionadas no quadro da CESA.
4. A Declaração de Nairobi aborda as desigualdades na educação em África de forma mais explícita e pode também ser vista como um aperfeiçoamento significativo do quadro CESA 16-25 e como um complemento do mesmo, através dos seus compromissos em matéria de "aprendizagem de qualidade ao longo da vida para todos, a todos os níveis".
5. O primeiro relatório continental conjunto CESA-ODS4 "Colocar a equidade no centro das políticas" ([Placing Equity at the Heart of Policy](#)) foi publicado em fevereiro de 2023 como um esforço conjunto UNESCO-UA que se baseou nos esforços anteriores para alinhar os dois quadros, para desenvolver indicadores conjuntos que preencham as lacunas em cada quadro, mantendo-se sensíveis às prioridades africanas expressas na agenda CESA.

IGUALDADE DE GÉNERO NOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA CESA

A “Estratégia de Igualdade de Género” ([Gender Equality Strategy](#)) da CESA foi desenvolvida pelo Fórum das Mulheres Africanas Educadoras (FAWE) e pelo Centro Internacional para a Educação das Raparigas e das Mulheres em África (CIEFFA), em colaboração com a Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Raparigas (UNGEI), com enfoque nos programas de ensino sensíveis ao género e na educação em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), entre outras questões.

A estratégia destinava-se a fornecer "orientações pormenorizadas a todos os Estados membros da UA sobre a integração das perspectivas de género na implementação da CESA 16-25"¹. Recomendava pontos de entrada e medidas concretas para integrar o género em todos os 12 objectivos estratégicos da CESA. Recomendou igualmente "disposições em matéria de liderança, financiamento e gestão para assegurar a responsabilização, a integridade e o impacto".

INTEGRAÇÃO DO GÉNERO NOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA CESA

Pontos de Entrada e Medidas Concretas Estados Membros da UA

- **S01 Revitalizar a profissão docente para garantir qualidade e relevância em todos os níveis.**
 - Priorizar a integração do género na profissão docente, integrando módulos de pedagogia sensível ao género na formação de professores, introduzir uma Política de Acção Afirmativa, implementar uma política nacional sensível ao género sobre a forma de trabalho e as condições de vida dos professores, integrar as dimensões de género nos quadros nacionais, criar um compêdio regional de Avaliação de Quadros de Aprendizagem que integrem o género e desenvolvam um sistema para identificar e recompensar professores dedicados e inovadores.
- **S02 Construir, reabilitar, preservar e desenvolver políticas que garantam um ambiente de aprendizagem permanente, saudável e propício.**
 - Incluir infra-estruturas sensíveis ao género nas instituições de aprendizagem e formação, fornecendo uma política nacional de desenvolvimento de infra-estruturas que considere as necessidades de género de mulheres e homens, integrando o género em instrumentos administrativos e legislativos, concebendo quadros de política de saúde escolar, higiene, saneamento e nutrição que considerem as diferenças de género e concebendo programas de equidade para abordar restrições de acesso específicas para mulheres e homens.
- **S03 Aproveitar a capacidade das TIC para melhorar o acesso, a qualidade e a gestão dos sistemas de educação e formação.**
 - Formular políticas de Acção Afirmativa na construção de capacidades em TIC de alunos e professores do sexo feminino e masculino.
- **S04 Garantir a aquisição dos conhecimentos e competências necessários e melhorar as taxas de conclusão em todos os níveis e grupos.**
 - Estabelecer uma Avaliação Sensível ao Género dos Quadros de Aprendizagem e mecanismos de garantia da qualidade da integração do género.
- **S05 Acelerar processos que conduzam à paridade e equidade de género.**
 - Desenvolver e ampliar mecanismos e inovações bem-sucedidas baseadas em evidências que abordem o acesso e a participação das meninas.
- **S06 Lançar programas de alfabetização abrangentes e eficazes em todo o continente para erradicar o flagelo do analfabetismo.**
 - Campanha com foco no aumento das taxas de alfabetização de meninas e mulheres e na obtenção da paridade de género.
- **S07 Fortalecer os currículos de ciências e matemática na formação de jovens e divulgar a ciência.**
 - Integrar o género nos Quadros Curriculares para a ciência, desenvolver programas nacionais sensíveis ao género e currículos sensíveis ao género.
- **S08 Expandir as oportunidades de TVET nos níveis secundário e superior e reforçar as ligações entre o mundo do trabalho e os sistemas de educação e formação.**
 - Desenvolver sistemas de informação do mercado de trabalho sensíveis ao género, estratégias de TVET e políticos, incluindo sistemas de quotas para aumentar uma série de áreas de competências não tradicionais das mulheres e implementar esquemas de incentivos.
- **S09 Revitalizar e expandir o ensino superior, a investigação e a inovação para enfrentar os desafios continentais e promover a competitividade global.**
 - Desenvolver Planos Nacionais de Investimento para Investigação e Inovação integrados no género, estratégias nacionais para aumentar o número de mulheres em Centros de Excelência, incorporar quotas de género no acesso a subvenções e prémios competitivos; e reforçar a sensibilidade ao género e a qualidade da educação pós-graduada.
- **S010 Promover a educação para a paz e a prevenção e resolução de conflitos em todos os níveis de ensino e para todas as faixas etárias.**
 - Incorporar preocupações de género nas políticas e instrumentos jurídicos para a educação para a paz; formular currículos de formação sensíveis ao género, materiais de ensino e aprendizagem, incluindo a formação de vários intervenientes na educação como actores e mediadores da paz, documentar experiências inovadoras e contínuas de construção da paz que tenham em conta as preocupações de género; e o género integram as iniciativas e atividades do Nó de Qualidade Interpaíses sobre a educação para a paz.
- **S011 Melhorar a gestão do sistema educativo, bem como criar e reforçar a capacidade de recolha, gestão, análise, comunicação e utilização de dados.**
 - Estabelecer Sistemas de Informação de Gestão da Educação (SIGE) regionais e continentais sensíveis ao género e observatórios educativos, produzir e divulgar publicações regulares que apresentem raparigas e rapazes, jovens, mulheres e homens e escritas por mulheres e homens, incorporar pelo menos 30% de mulheres em grupos de reflexão sobre educação; e fornecer orçamento de género para apoiar a investigação, divulgação e comunicação em educação.
- **S012 Criar uma coligação de partes interessadas para facilitar e apoiar as atividades resultantes da implementação da CESA 16-25.**
 - Produzir diretórios de intervenientes na educação, incluindo organizações orientadas para o género, desenvolver ferramentas de análise para identificar e desenvolver iniciativas estratégicas, identificar e mobilizar defensores para alavancar áreas prioritárias da estratégia e divulgar as realizações.

INDICADORES DE EQUIDADE NA ESTRATÉGIA DA CESA

A Declaração de Nairobi e o Plano de Ação de 2018

A Declaração de Nairobi e o Plano de Ação de 2018 foram desenvolvimentos significativos para enfatizar o tema da equidade nos objectivos e indicadores da CESA, que estão em grande parte ausentes na estratégia da CESA. Para além da igualdade de género, as várias formas de desigualdade e discriminação na educação no continente africano recebem menções mínimas na CESA. A única referência às fontes de disparidade é feita na visão geral da CESA sobre os diferentes subsectores da educação, onde 'localização regional, grupos minoritários, comunidades pastoris e os pobres' são mencionados na visão geral do ensino primário; 'classe social, localização geográfica, grupos minoritários e deficiência' na secção sobre o ensino superior; e 'grupos marginalizados e vulneráveis' quando a CESA abrange o ensino informal e não formal.

A Declaração de Nairobi não só aborda as desigualdades na educação em África de forma mais explícita, como também pode ser vista como um aperfeiçoamento significativo do quadro 16-25 da CESA e um suplemento ao mesmo. Os compromissos de "aprendizagem de qualidade ao longo da vida para todos a todos os níveis"; de desenvolvimento integrado da primeira infância, cuidados e educação, com especial atenção para as crianças marginalizadas e vulneráveis; de "alcançar os não alcançados", incluindo os portadores de deficiência, através de políticas e programas de aprendizagem com recursos adequados; de abordar eficazmente o problema das crianças não escolarizadas e todas as formas de exclusão; de promover a educação na língua materna; e de incluir os refugiados e os deslocados internos nos sistemas nacionais de educação - todos estes compromissos não estavam explícitos na CESA e não tinham indicadores para os monitorizar na lista de indicadores da CESA.

Em fevereiro de 2023, o primeiro relatório continental conjunto CESA-ODS4, "Colocar a equidade no centro da política" ([Placing Equity at the Heart of Policy](#)), foi publicado para fornecer reflexões mais profundas sobre a equidade como base para alcançar as aspirações da agenda 2063 e o ODS4 através da educação como um esforço conjunto da UNESCO e da UA.

O relatório apresenta a análise da situação de base dos objectivos estratégicos da CESA e das metas do ODS4 num quadro consolidado organizado em torno de seis tópicos de equidade: 1) educação na primeira infância (EPI), 2) ensino primário e secundário, 3) competências para o trabalho (com enfoque no ensino e formação técnica e profissional [TVET] e no ensino superior), 4) professores, 5) instalações educativas e 6) meios de implementação.

Para ver este resumo online, visite <https://campaignforeducation.org/en/resources/gce-reports> A CGE realiza investigações orientadas para políticas que revelem uma influência credível e informada nos processos de políticas de educação nacionais, regionais e internacionais, com o objetivo de garantir que os governos e a comunidade global cumprem os seus compromissos no sentido de garantir o direito à educação e alcançar o ODS4 da agenda Educação 2030.

©2023 Campanha Global pela Educação. Todos os direitos reservados. Gerido pela CGE.
www.campaignforeducation.org

COMPROMISSOS DE PATRIMÔNIO

1 FORMAÇÃO CONTÍNUA

Promover a aprendizagem ao longo da vida de qualidade para todos, a todos os níveis, utilizando modos de aprendizagem diversos e relevantes, com percursos flexíveis entre modelos de educação e formação formal, não formal e informal, incluindo sistemas reforçados de reconhecimento e equivalência, para atender a todas as crianças, jovens e adultos dentro e fora da escola.

2 CUIDADOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Abordagens integradas ao desenvolvimento da primeira infância, políticas de cuidados e educação, programação e financiamento com ênfase no desenvolvimento holístico, incluindo alfabetização e numeramento, com especial atenção às crianças marginalizadas e vulneráveis, com o compromisso de garantir progressivamente pelo menos um ano de educação pré-escolar gratuita e obrigatória, ensino primário e com a participação activa das famílias, comunidades e governos locais.

3 ALCANÇANDO O NÃO ALCANÇADO

Implementar e financiar adequadamente políticas e programas de aprendizagem diversificados e apropriados, currículos inclusivos e sensíveis ao género, promovendo a educação multilíngue, línguas gestuais e Braille, para alcançar os não alcançados.

4 FORA DA ESCOLA CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS

Garantir que o planeamento do sector da educação aborde eficazmente as crianças, os jovens e os adultos que nunca frequentaram a escola formal ou que a abandonaram precocemente, bem como todas as formas de exclusão, incluindo, entre outras, deficiências e albinismo, e que os dados e os sistemas de indicadores são adequadamente desagregados e pertencentes aos níveis continental, regional, nacional e local.

5 INCLUSÃO DE REFUGIADOS E DIPS

Tornar os nossos sistemas educativos mais reativos, flexíveis e resilientes para incluir refugiados e pessoas deslocadas internamente, e aumentar o investimento na Educação em Emergências e Crises.

6 PROMOVEDO A EDUCAÇÃO DA LÍNGUA MATERNA

Promover o ensino e a aprendizagem na língua materna, especialmente nos primeiros anos de escolaridade; e desenvolver políticas para salvaguardar e elevar o estatuto, a estima e o valor das línguas indígenas africanas.